

“AQUELE ENTUSIASMO LOUCO”: ECOS DA REVOLUÇÃO DE 1930 NA CASA DE DETENÇÃO DO RECIFE

“THAT CRAZY ENTHUSIASM”: ECHOES OF THE 1930 REVOLUTION AT THE HOUSE OF DETENTION IN RECIFE

Aurélio de Britto *
aurelio.britto@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo investiga o impacto do movimento revolucionário de 1930 no cotidiano carcerário da Casa de Detenção do Recife. Tão logo o golpe de estado foi perpetrado na capital pernambucana emergiu, por meio de diferentes modais, uma crescente manifestação de adesão ao governo do interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti por parte dos presos comuns. Ao investigar a contiguidade entre a conjuntura política e o cotidiano prisional, sustentamos que as dinâmicas cotidianas de acomodação e conflito estavam conectadas aos eventos políticos situados além dos muros da instituição. Por meio de um processo de apropriação, o cotidiano da prisão é apresentado pelos sob o prisma do vocabulário político empregado pelos aliancistas antes da Revolução a fim de obter melhorias concretas para os presos.

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Detenção; Revolução de 1930; Conexões.

ABSTRACT: This article investigates the impact of the 1930 revolutionary movement on the daily life of the House of Detention in Recife. As soon as the coup d'état was perpetrated in the capital of Pernambuco, through different modes, a growing manifestation of adherence to the government of federal intervener Carlos de Lima Cavalcanti by ordinary prisoners emerged. When investigating the contiguity between the political conjuncture and the daily prison, we maintain that the daily dynamics of accommodation and conflict were connected to political events located beyond the walls of the institution. Through a process of appropriation, the daily life of the prison is presented by those from the perspective of the political vocabulary.

KEYWORDS: DetentionHouse; Revolution of 1930; Connections.

Introdução

Este artigo se insere no âmbito dos trabalhos que investigam a história das instituições prisionais no Brasil durante a Era Vargas. Está lastreado em uma percepção teórica da instituição prisional que a reputa como sendo interligada e conectada à vida social por diversos e complexos modais (CUNHA, 2004). A prisão não será apresentada como um mundo integralmente apartado, indiferente às circunstâncias e conflitos que a circundam. Investigaremos o impacto do movimento revolucionário de 1930 no cotidiano carcerário da Casa de Detenção do Recife. Tão logo o golpe de estado foi perpetrado na capital pernambucana emergiu uma crescente manifestação de adesão ao governo do interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti por parte dos presos comuns.

*Doutor em História pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelo qual também é Mestre. Possui graduação – com prêmio de Láurea – em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2010). Tem experiência na área de História, com ênfase na história das prisões e dos aparatos modernos de controle social.

Argumentaremos que a Casa de Detenção esteve no proscênio do debate político durante os anos que sucederam à Revolução de 1930, circunstância que proporcionou repercussão significativa daqueles eventos entre os detentos comuns.

Nesse sentido, o primeiro tópico do artigo tenciona apresentar parte do cotidiano na Casa de Detenção, conferindo relevo às múltiplas formas de interação dos presos com o cotidiano da cidade. Para tanto, mobilizamos documentos oficiais que registram o cotidiano da prisão. A correspondência do diretor, na forma de ofícios e relatórios, tornou possível registrar a presença do debate político ordinário no interior da instituição. O foco aqui é a dinâmica interna da instituição, suas porosidades e fissuras que permitiram os presos tomar contato com diversos relatos dos acontecimentos de extramuros.

Em seguida, buscamos apresentar o contexto efusivo que antecedeu a Revolução de 1930 no Recife. Importando salientar o lugar proeminente que a instituição prisional ocupou na campanha da Aliança Liberal na capital pernambucana. Uma maneira viável para constatar a consolidação dessa estratégia é perscrutar as páginas dos periódicos que eram “próceres dos aliancistas”, sobretudo, o Diário da Manhã que foi o veículo principal da divulgação da agenda dessa coligação. Além disso, a prática dos jornais antagonistas do governo de publicar cartas de presos denunciando as agruras do cotidiano carcerário credencia-os como uma fonte incontornável.

Por fim, mobilizamos documentos redigidos pelos próprios presos e documentos oficiais apresentando os efeitos imediatos da Revolução de 1930 no cotidiano da prisão. Observando e interpretando a conjuntura política da cidade pelas estreitas fissuras que a interligava a prisão, muitos daqueles detentos julgaram que a vitória dos revolucionários poderia ser benéfica. Essa interpretação decorrida ênfase discursiva que haviam conferido os aliancistas nos aspectos da vivência prisional. Aqui as fontes que mobilizamos são cartas remetidas aos jornais ou petições às autoridades revolucionárias. As expectativas dos presos de conseguir barganhar melhores condições junto ao governo revolucionário puderam ser percebidas também nas comunicações oficiais exaradas pelos gestores da prisão. Por isso, mobilizamos como documentação ancilar os relatórios do Conselho Penitenciário de Pernambuco.

Sociedade e prisão: porosidades e conexões

A Casa de Detenção do Recife estava localizada no centro da cidade em meio aos bulícios urbanos. Não por mera coincidência. Na época de sua construção o terreno escolhido para a edificação estava situado na “margem direita do Capibaribe, um pouco acima da ponte da Boa Vista, por trás da rua da Concórdia em um terreno da marinha” (DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 21.01.1850).

Alguns fatores explicam sua localização. Primeiro, por ser idealizada como uma instituição voltada exclusivamente para a detenção de criminosos – e não destinada para presos correccionais – deveria ficar perto das instituições da justiça para que os presos pudessem se apresentar periodicamente e, assim, se inteirar do andamento de seus respectivos processos nas instituições judiciais. Segundo, era um símbolo do nível de civilização e modernidade auferida pela capital de Pernambuco e sua inserção na reforma prisional implementada no decurso do Oitocentos, portanto, deveria ser ostentada como um dos “melhoramentos modernos” símbolos do progresso. Terceiro, cumpria a função de reiterar aos sujeitos desviantes os riscos que incorriam ao enveredar pela carreira criminosa (BRITTO, 2014). Como sugeriu Maia, a Casa de Detenção era “imponente, com sua forma em cruz às margens do Capibaribe, devia imprimir um temor e um aviso àqueles que julgassem poder fugir ao domínio da Justiça sem quitar devidamente suas dívidas” (MAIA, 2001, p.189). Gradativamente, essa inserção nas dinâmicas da cidade é apresentada pelos gestores da prisão como um entrave fulcral para a implementação das regras de convivência e disciplina carcerária, supostamente capazes de morigerar os criminosos. O principal argumento mobilizado quando se efetivou a desativação da instituição sublinhava era suposta inconveniência de sua localização no centro comercial da capital, em flagrante imersão com as dinâmicas urbanas.

Em 1930, a Casa de Detenção do Recife já era septuagenária e havia se enraizado no cotidiano da cidade. Aquela era uma prisão marcada por intensos fluxos e, não raro, as mais variadas informações rapidamente chegavam aos presos (BRITTO, 2019). Até mesmo o penitenciário Lemos de Britto – que em relatório, datado de 1924, havia considerado a instituição prisional do Recife como a melhor existente no “norte da República” – atribuía-lhe como maior fragilidade justamente a proximidade que mantinha com os bulícios

urbanos, uma vez que “faltando-lhe o que é para desanimar, uma área suficiente em derredor, estando encravada entre ruas do centro” (LEMOS BRITTO, 1924, p.263).

Os presos tinham acesso às correspondências externas eremetiam-nas por meio de subterfúgios ardilosos que contornavam a vigilância. Isso fica patente diante uma mirada na documentação primária. Os jornais de circulação diária e os visitantes da instituição eram, sem dúvida, os principais vetores dessas informações que chegavam aos presos.

Nesse sentido, apesar dos dilatados índices de analfabetismo, os jornais foram um dos canais que os presos utilizaram para interpretar os acontecimentos políticos que estavam na ordem do dia. Há tempos os presos estavam em intenso contato com as pessoas de fora da instituição e com periódicos que, possivelmente, chegavam por seu intermédio (BRITTO, 2014). Acompanhemos o relato do presidente do Conselho Penitenciário de Pernambuco em 1929:

A promiscuidade da Penitenciária do Recife entre os sentenciados e não sentenciados a frequência intensa e contínua sem a menor regulação de pessoas estranhas ao estabelecimento e em comunicação com os sentenciados; a liberdade completa que se lhes dá para a compra e a leitura de livros e jornais de toda espécie; a permissão de agiotagem entre os presidiários e o comércio franco do fumo e outros artigos havendo sentenciados estabelecidos no interior da Penitenciária – tudo faz da Penitenciária do Recife uma simples Casa de Detenção. (APEJE. Fundo Fernando de Noronha. Volume 55, p. 293)

Entendemos se preciso investir na complexidade analítica e rejeitar perspectivas simplistas para podermos avançar no entendimento das redes e dinâmicas que entrecruzam e conectam os dois lados do muro prisional, e isso não será possível se descartarmos, a priori, as influências do “mundo de fora” nas dinâmicas internas da prisão. Para Cunha, essa “noção-paradigma” da prisão como um hiato social acabou por produzir nos trabalhos historiográficos que tematizam a prisão um “ângulo morto onde se foram acumulando escondidas, ou despercebidas, realidades que, pela sua natureza, escapavam a uma categoria assim constituída” (CUNHA, 2004, p.153).

Sabemos que a organização de ações de contestação política no interior das prisões encontra-se ligadas à capacidade de repercussão pública. A existência de “aliados” ou circunstâncias externas favoráveis é, como demonstrou o historiador Pedro Olmo Oliver, um fator importantíssimo para abastecer as ações internas dos presos e concorrem para condicionar a eclosão desses fenômenos (OLIVER OLMO, 2005). Essa é a mesma percepção

sustentada por Michel Foucault para quem muitas rebeliões deflagradas no sistema penitenciário francês, ao longo do século XX, só podem ser explicadas se tivermos em conta o ressurgimento de uma ligação política entre o lado de dentro e fora do mundo da prisão, isto é, “apelar à opinião pública” (FOUCAULT, 2006, p. 63).

É plausível conceber que as prisões estão conectadas de modo profundo e abstruso às dinâmicas e conjunturas políticas do seu entorno e que a existência de movimentos políticos externos à prisão pode trazer implicações significativas para seu funcionamento efetivo. Entretanto, correlacionar a conjuntura política externa e o cotidiano do mundo carcerário sem enveredar em esquematismos não é uma tarefa simples, sobretudo, quando nos reportamos aos contextos de ruptura da ordem ou transição política (BRITTO, 2019).

Uma leitura bastante sofisticada está presente na análise de Michelle de Perrot que estudou as relações entre a Revolução de 1848 e o sistema penitenciário francês. A autora argumenta o quanto estranho pode parecer aos leitores menos familiarizados com as temáticas revolucionárias que se escolha como mote analítico o mundo encerrado e apartado das prisões para observar esses fenômenos sociais mais amplos. Desse modo, devemos estar cômicos que nem sempre existe uma congruência entre as revoltas externas e a recepção do conteúdo por parte dos detentos, destarte, “certos acontecimentos parecem ter sido percebidos com atraso ou em sentido contrário. A notícia chega à prisão como boatos ou rumor”(PERROT, 1998, p. 292).

Coadunamos as proposições de Michelle de Perrot quando defende que o cotidiano da prisão e a organização política dos presos podem ser influenciados pelas mobilizações políticas externas, sobretudo, em momentos de intensa agitação e ruptura da ordem social. A historiadora torna patente que “apesar, de todos os encerramentos, a prisão não é um mundo fechado e subtraído. A revolta dos homens livres estimula a dos encarcerados” (PERROT, 1998, p. 292).

Vejamos como os conflitos políticos de extramuros da Revolução de 1930 tematizou a vida na prisão e, posteriormente, foi usado pelos presos para fins próprios.

Além dos muros: a campanha da Aliança Liberal no Recife

Em que medida podemos falar de um impacto daquela conjuntura de transformações políticas nas diversas formas de viver na prisão recifense? Os dados coligidos

a partir das fontes primárias nos permitem sustentar que aqueles acontecimentos concorreram para engendrar, em parte significativa dos detentos comuns, uma crescente expectativa de obter melhorias no cotidiano da prisão. Esse entendimento estava atrelado, ainda que de forma bastante difusa, à intensa campanha de crítica aos estabelecimentos prisionais de Pernambuco ensejada pelos correligionários da Aliança Liberal na cidade do Recife. Sustentamos ao longo destas páginas que a conjuntura política da Revolução de 1930 no Recife – cujos eventos agitaram as ruas e instituições – funcionou como um elemento desencadeador de novas formas de negociação entre os presos e o poder instituído.

A chamada Revolução de 1930 tem sido um tema recorrente na historiografia brasileira. Acerca de sua natureza, abrangência e implicações para a história nacional muito já se debateu (FAUSTO, 1970; DE DECCA, 1981; TRONCA, 1982). É, absolutamente, fora de nosso propósito explorar esse fenômeno político como objeto de nossa análise. No entanto, entendemos que se torna imprescindível uma breve digressão sobre essa conjuntura política para elaborarmos uma leitura mais acurada daquele contexto.

A coligação política conhecida como Aliança Liberal foi decorrência de uma cisão oligárquica. Divergências sucessórias entre as elites hegemônicas no cenário nacional – paulista e mineira – permitiram que as pretensões de forças, até então, marginais pudessem emergir no jogo político e se projetar como alternativa viável. Essa situação era uma demonstração inequívoca de que os fundamentos que geriam o sistema político da Primeira República estavam seriamente desgastados, como já indicavam diversos episódios ao longo da década de 1920, dentre os quais salientamos a Reação Republicana (FERREIRA; PINTO, 2006). Oriunda, sobretudo, das dissidências oligárquicas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, a Aliança Liberal investe, num primeiro momento, todas suas forças em uma massiva campanha de mobilização política do eleitorado brasileiro, do qual ainda não faziam parte as mulheres e os analfabetos. É, portanto, sob o signo do vago lema “representação e justiça” que a sua plataforma vai se estruturando. Nesse sentido, é preciso salientar que foi a partir de uma crítica estritamente contra o sistema eleitoral e o funcionamento desvirtuado das instituições políticas que a Aliança Liberal foi auferindo projeção. Suas questões centrais eram a moralização do sistema político e a integração de novas frações da elite no bojo do sistema de governo. Segundo Boris Fausto, é por isso que a Aliança Liberal é oriunda de grupos desvinculados da oligarquia cafeeira e só parcialmente incorporou as suas

reivindicações econômicas. Para ele, “a reforma política é o centro de seu programa [...]. A grande arma e o denominador comum da Aliança é a defesa da representação popular, através do voto secreto e da designação de magistrados para a representação das mesas eleitorais” (FAUSTO, 1995, p.235).

Em sua fase de ampla mobilização social é aos grandes centros urbanos do país que se dirige a pregação política dos próceres aliancistas. No Nordeste, apoiaram-se largamente na difusão de ideias por meio das caravanas e da intensa campanha contra os governos locais vinculados ao situacionismo federal. Diante da derrota no âmbito institucional para o Candidato Júlio Prestes – e da oxigenação política advinda do assassinato do presidente do Estado da Paraíba nas ruas do Recife – restou aos aliancistas optar pela estratégia de uma conspiração a partir de um golpe de estado, solução que estava sendo articulada nos bastidores e era encabeçada, sobretudo, pela ala dos tenentes. A partir deste momento a Aliança Liberal sofrerá uma mutação significativa: de uma frente liberal passará a ter uma atuação armada. De modo que a morte de João Pessoa é um marco que serve para delimitar uma transição entre as estratégias, pois, sinalizou o encerramento de um ciclo onde “a vibração popular e difusa cede lugar à conspiração e aos preparativos da revolução armada” (CAMARGO, 1983, p.30).

De fato, é consenso na historiografia que a intensa participação de indivíduos populares nos conflitos da Revolução é uma das características que distinguem o caso de Pernambuco, o que não implica admitir que os seus interesses fossem norteadores daquelas ações. Edgar Carone sustentou que “em Pernambuco a revolução é popular, a vitória militar e das classes operárias, que ajudam a tomar o Quartel do Derby, põem em fuga o governador do Estado, mas quem se apossa da interventoria é Carlos de Lima Cavalcanti, usineiro, político da oposição a Estácio Coimbra e elemento da Aliança Liberal” (CARONE, 1976, p. 299).

Em vão procurar-se-á na agenda propalada em discursos qualquer alusão ao sistema prisional. Essa lacuna não significa de modo algum que em Pernambuco o cárcere esteve ausente naqueles debates inflamados que diariamente se disseminavam pelo Recife. Na cartografia deste debate não é em sua plataforma oficial que podemos mapear essa dimensão, mas nas ações locais que visavam deslegitimar o governo estadual. Essa não era uma função do grupo político nuclear da Aliança Liberal, mas estava a cargo das

chamadas frentes estaduais que tinham por função basilar “complementar à frente parlamentar, alinham-se os jornalistas e homens de imprensa, que propagam as ideias da AL, dando-lhes a necessária cobertura contra as investidas governistas” (CAMARGO, 1983, p. 24).

É por meio dos debates e da intensa propaganda local que o sistema prisional e a política repressiva do governo emergem como uma senda estratégica por meio da qual poderia se operar a sua deslegitimação e, concomitantemente, promover a apologia dos aliancistas para o pleito eleitoral vindouro. Assim, em meio às acerbadas disputas contra o situacionismo de Pernambuco, é justamente contra a ação policial e o funcionamento da Casa de Detenção do Recife que os argumentos mobilizados incidem majoritariamente.

A ênfase recorrente nos casos – reais e fictícios – de torturas e desmandos perpetrados pela administração de Estácio Coimbra foi, sem dúvida, uma das formas mais recorrentes que os partidários da Aliança Liberal mobilizaram para sensibilizar a opinião pública no Recife e explicitar as ineficiências e arbitrariedades cometidas pelo governo. Uma verdadeira guerra narrativa foi urdida para convencer a opinião pública do estado policialesco que vigorava no Recife. Porém, é preciso lembrar que toda estratégia de mobilização política – mesmo ampliando certos aspectos da realidade e minimizando seletivamente outros – deve captar alguma camada do real para torna-se plausível e reverberar na percepção dos diversos grupos sociais. Na trilha das contribuições de Girardet, caberia acrescentar que esse mecanismo permite “às sociedades interpretarem sua realidade social e refletirem sobre a legitimidade do poder que as rege – ou então desqualificar esse mesmo poder” (GIRARDET, 1987, p.15).

De fato, Eurico de Souza Leão, a frente da chefatura de polícia, coordenava uma forte ação policial que caracterizou o governo de Estácio Coimbra (1926-1930). Para o historiador José da Costa Porto, o chefe de polícia era um autêntico “fanático do princípio da autoridade e da disciplina, não aguentando arranhões na dignidade do cargo reagindo, por vezes, em explosões desvairadas” (PORTO, 1977, p.159). Some-se a isto o fato de ser coadjuvado pelo inspetor de polícia José Ramos de Freitas, indivíduo notabilizado naqueles tempos pela utilização de métodos bastante violentos na condução das ações policiais.

Geralmente, nesses relatos que antecedem imediatamente a Revolução de 1930, a Casa de Detenção do Recife é apresentada como uma instituição de notório uso político e

sua função precípua seria debelar a atuação dos adversários do governo. A temática da prisão é inserida de forma genérica e se os presos são eventualmente nomeados nestas narrativas é para ampliar a repercussão das notícias, muito em função do status social do detido. O periódico insistia que na Casa de Detenção deveriam estar trancafiados “em vez de homens pobres e honrados” aqueles que afanavam os cofres e a moralidade pública. Sobre o repórter afirmava-se que foi:

Levado para à Casa de Detenção e recambiado para a Central de Polícia, Hamilton Ribeiro foi atirado no fundo de uma geladeira infecta. Triste sinal dos tempos, essa estúpida e covarde agressão define a que extremos de insegurança individual chegamos em Pernambuco, sob o governo tolerante e culto do Sr. Estácio Coimbra. (DIÁRIO DA MANHÃ, 01.01.1930, p.3)

Quando se tratava de homens oriundos das classes populares, cujo nome nada simbolizaria ao nível de uma exploração política, costumava-se enfatizar não a “qualidade” social ou honra do indivíduo aprisionado, mas o destaque recaia sobre a quantidade de presos. Certa feita, o periódico denunciou justamente o papel arbitrário da prisão, pois:

Agora mesmo segundo queixas e denúncias trazidas a nossa redação há dezenas e dezenas de pessoas presas nesta capital, sem outro motivo que não o de mesquinhas vinganças. [...] Na Casa de Detenção entram e saem inúmeras pessoas arrastadas até ali para sofrer o castigo de não terem votado nos candidatos oficiais. (DIÁRIO DA MANHÃ, 22.04.1930, p. 1)

Vale frisar que a violência prisional denunciada pelos aliancistas será uma das diretrizes centrais da Era Vargas. Segundo Elizabeth Cancelli, os mecanismos de controle social e a repressão política viabilizada pelo fortalecimento das instâncias policiais. No concernente ao mundo da prisão propriamente dito, objeto da reflexão de seu último capítulo, sobressai o entendimento da prisão como um local da barbárie e da tortura, símbolo de um governo autoritário. De forma que “o sistema penitenciário assumia gradualmente, depois de 1930, seu papel radicalizador [...] As prisões tornaram-se um verdadeiro inferno. Funcionavam como lugar de reclusão, suplício e dor” (CANCELLI, 1991, p.366).

Naquela conjuntura que antecede ao golpe e a vitória dos revolucionários em 1930, a Casa de Detenção do Recife foi guinada ao proscênio do debate público, no bojo de uma estratégia instrumental de mobilização e legitimação política dos próceres da Aliança Liberal na cidade. Não era a situação dos presos comuns e suas agruras que preocupavam os aliancistas. Ainda assim, os reclusos observavam atentamente aqueles episódios e a partir

deles tentaram extrair vantagens. Aquém dos muros da instituição, a intensa campanha de denúncia mobilizada pelos aliancistas teve como efeito imediato a adesão de parte significativa dos presos às causas da Revolução.

A Revolução de 1930 & os presos comuns da Casa de Detenção

Ao que nos deixa entrever as evidências os presos da Casa de Detenção do Recife observaram com entusiasmo a relevância que as disputas políticas externas acabaram conferindo ao mundo da prisão. Diante disso, não tardaram a presumir como reais as possibilidades de melhorar suas condições. A crítica sistemática dos aliancistas sobre as prisões ilegais e as práticas de tortura na Casa de Detenção, provavelmente, foram as condições indutoras deste tipo de interpretação. Esse entendimento parece ter sido reforçado mediante uma série de eventos ocorridos durante a efetivação do movimento revolucionário na cidade do Recife. Naquela conjuntura, devemos lembrar que olhares atentos, dos populares e da própria elite, estavam voltados para a prisão da capital e isso em decorrência de alguns motivos. No andamento dos conflitos armados que culminariam na vitória da Revolução, a Casa de Detenção e os seus guardas converteram-se no último núcleo de resistência militar do governo. Sabemos que naquelas circunstâncias de grande apreensão “o único ponto de resistência era a Casa de Detenção, com o ‘coronel’ Joaquim Cavalcanti à frente de seus guardas, combatendo. Lá dentro, desde julho, encontravam-se presos João Dantas e Augusto Moreira Caldas, acusado do assassinato de João Pessoa”(CAVALCANTI, 1978, p.85).

No momento imediato da vitória revolucionária, formou-se uma multidão que tentava a todo custo invadir o estabelecimento prisional. Essa concentração de pessoas defronte à instituição estava diretamente ligada ao fato de que ali estavam presos os assassinos de João Pessoa, que a este tempo estava já envolto numa atmosfera de heroísmo e suscitava grande clamor em diversos segmentos da população.

A ocasião da queda da prisão frente o movimento revolucionário parece ter se revestido de grande impacto para a percepção dos presos que estavam encarcerados. Ao menos, é o que deixa entrever o relato de um jornalista que esteve preso no período que antecedeu imediatamente a rendição do estabelecimento prisional. Segundo ele, era perceptível o significativo apoio que os presos emprestavam a causa da Revolução de 1930.

Alguns redatores do Jornal do Recife, entre eles Pedro Lopes Júnior, foram detidos pelo delegado do 1º distrito Luiz Cabral de Mello no decorrer dos conflitos e encaminhados para o interrogatório colhido pelo inspetor Ramos de Freitas, que deliberou que “esses rapazes vão ficar incomunicáveis de ordem do Dr. Litto” (Jornal do Recife, 07.10.1930, p.1). Conforme a narrativa de Pedro Lopes, os presos comuns que ali estavam mostravam-se bastante inclinados à causa do movimento aliancista. Segundo ele:

Eram 6 horas e pouco quando demos entrada na Penitenciária e Detenção. Mandaram-nos para a cela 9-2 a qual foi desocupada para nos receber. Ampla, suja, com cinco tarimbas e W.C a um dos ângulos. A luz entrava pelos gradis, ao lado. Fecharam-nos nesse cubículo todos os nove, trancando além da grade uma sólida porta de madeira, que nos isolava do resto do mundo. (...) Às 8 e poucas ouvimos uns disparos. Eram distantes, mas foram se concentrando como se estivessem envolvendo a Detenção. E se prolongaram com intermitências. [...] Fora o fogo aumentava progressivamente. Às 20 horas entraram em ação as metralhadoras. [...] E assim, durante toda a noite, fomos tiroteiados por todos os lados. Os soldados da detenção respondiam como se estivessem poupando munição. (JORNAL DO RECIFE, 07.10.1930, p.1)

De acordo com seu relato foi possível perceber uma intensa movimentação dos presos que estavam na cela em frente. O redator disse ter sido capaz de perceber que “os presos da cela 9-1, em frente a nossa, nos faziam acenos significativos mostrando-nos coisas vermelhas, símbolos revolucionários” (JORNAL DO RECIFE, 07.10.1930, p.1). O jornalista Pedro Lopes e seus companheiros de cela aguardavam, então, o desfecho dos conflitos armados e apenas escutavam intenso tiroteio que perdurou toda madrugada. Afinal, afirmava surpreso que:

[...] os guardas nos informaram que a Revolução ia vitoriosa. Os civis em armas, com grande parte da polícia e do exército. [...] Ouvimos gritos entusiasmáticos que não podíamos perceber. Parecia que davam vivas a Parahyba. Meia hora depois cessaram. Ficamos em dolorosa expectativa. Vitória? Os tiros cessaram de parte a parte. (JORNAL DO RECIFE, 07.10.1930, p.1)

Por fim veio a confirmação que o governo de Estácio Coimbra, de fato, havia sido deposto. Relevante para nossa investigação é o intenso fervor que o jornalista diz ter percebido no interior da prisão. Diante das confirmações do êxito do movimento aliancista na cidade do Recife o seu relato sugere que “dentro do presídio rebentou um movimento ensurdecidor. Os sentenciados gritavam, entusiasmados, dando vivas à Revolução, à João Pessoa e a outros nomes que não podíamos perceber por ser a porta muito compacta” (JORNAL DO RECIFE, 07.10.1930, p.1).

Difícil ponderar a veracidade deste relato quando analisado sem a confrontação e cruzamento necessário com outros dados. Vista isoladamente essa interpretação pode ser atribuída ao seu posicionamento pessoal que imputava aos detentos comuns uma percepção das quais poderiam ser totalmente alheios. Mas esse entendimento não é pontual e pode ser constatado em diferentes modalidades de registros, o que robustece a asserção do jornalista.

Encontraremos uma apreciação muito semelhante em uma série de reportagens intituladas “Na Casa de Detenção onde sempre há novidades para reportagens interessantes” publicadas pelo jornal *A Notícia* que se dedicava a propalar, sob o viés da espetacularização, os “feitos” dos criminosos mais famigerados.

Em uma dessas reportagens que versava sobre as façanhas do preso Francisco Xavier Pereira – de 79 anos e que há 22 era “hóspede” da instituição – o jornalista reproduziu o depoimento de um guarda que, entre outras coisas, mencionava o estado de ebulição que pôde ser constatado no interior da penitenciária quando do advento da vitória dos aliancistas. De modo bastante elucidativo, o funcionário afirmou que:

Quando rebentou a Revolução de 4 de outubro os presos botaram em polvorosa o cemitério dos vivos. Foi um verdadeiro dia de juízo. Todos os detentos participavam, em ideias, do movimento revolucionário. Assim arrebatavam a grade e tudo o mais que não podia resistir aquele entusiasmo louco. E falavam em ganhar a rua. Não era possível, diziam eles, que o Brasil Novo não nos mande pra casa. “Negrada! Vamos pra casa”. Ouvindo isto, o velho Francisco Xavier largou as moletas fez-se lépido e, sem vacilações, preparou a sua mala e a rir, dando viva à Revolução, foi o primeiro que se apresentou ao chaveiro, dizendo-lhe: Já estou bom, abra essa gaiola que eu quero ir pra casa. (A NOTÍCIA, Recife, 11.03.1931, p.1. Grifos nossos)

Segundo Sarmiento, naqueles dias foi comum a existência de diversas manifestações populares de apoio à Revolução, assim, constantemente “formavam-se grupos de pessoas em passeata, empunhando a bandeira vermelha da Aliança Liberal, cantando o hino, percorrendo as ruas mais movimentadas do centro da cidade” (SARMENTO, 1998, p. 163).

Euforia e esperança foram, possivelmente, os sentimentos que emergiram imediatamente durante os conflitos. Outro indício da simpatia dos presos comuns pela Revolução pode ser encontrado na documentação do Conselho Penitenciário de Pernambuco. Acerca das ressonâncias imediatas da Revolução de 1930 no cotidiano da instituição prisional, Joaquim Amazonas, presidente do instituto, entendia que os detentos

construíram uma leitura destoante da realidade e associavam aqueles acontecimentos com a ampliação da facilidade para obter a liberdade ou redução de suas penas. De modo elucidativo o relato de Joaquim Amazonas sugere que o otimismo dos presos com a revolução ganhou materialidade, primeiramente, numa verdadeira enxurrada de pedidos de livramento condicional. Segundo ele:

A partir de janeiro de 1931 um grande número de sentenciados, em número maior que 500, às vezes dos mais célebres e perigosos, cuidando em sua bronca imaginação que a Revolução de 1930 se fizera, principalmente, para lhes abrir as grades da prisão, entraram a requerer perdão das penas que se acham condenados. (APEJE. Impressos, Caixa 2, vol. Secretaria de Justiça, 1933, p. 6)

Comparando os índices de concessão de livramento condicional por ano, percebemos que as aspirações dos detentos foram prontamente frustradas, afinal, ocorreu um declínio das concessões no governo encabeçado por Carlos de Lima Cavalcanti. A partir do escrutínio de 560 pareceres coligidos no andamento da pesquisa, podemos constatar que entre 1930 e 1936 os maiores índices de indeferimento dos pedidos de livramento condicional estão justamente em 1930 e 1931, onde foram denegados 56% e 45% dos pedidos, respectivamente (BRITTO, 2019, p. 246).

Como nos lembra de modo arguto Michelle de Perrot, as implicações de movimentos externos de contestação política podem ter desdobramentos contraditórios e uma apreensão peculiar por parte dos detentos. De toda forma, precisamos ter em conta que, por vezes, “é verdade que a esperança traz insubmissão” (PERROT, 1998, p. 17). E convém lembrar ainda que “um evento transforma-se naquilo que lhe dado como interpretação. Somente quando apropriado por, e através de um esquema cultural, é que adquire uma significância histórica” (SAHLINS, 1990, p.15). A interpretação imediata dos presos daqueles acontecimentos parece estar conformada pela possibilidade concreta de ampliarem conquistas no cárcere ainda que esta não tenha sido exatamente a mensagem dos aliancistas. As notas oficiais exaradas pelo governo revolucionário tornam esse aspecto patente. Vejamos uma delas:

O governo de Pernambuco faz constar ao povo que é permitido a quem quer que seja representar, mediante petição dirigida ao chefe do governo executivo, denunciando abusos das autoridades do regime decaído. As representações devem frisar com clareza: 1º- qual autoridade abusou no exercício do cargo, atentando contra a constituição, leis ou regulamentos; 2º- o abuso cometido, com todas as especificações possíveis,

circunstâncias de tempo inclusive; 3º- as provas necessárias (inclusive indicação de testemunha) para a firmeza das alegações ou pelo menos um conjunto de circunstâncias lógicas capazes de gerar convicção ou, quando nada, capazes de gerar pesquisas posteriores. (DIÁRIO DA MANHÃ, 11.10.1930, p.3)

Elas funcionaram como uma espécie de ajustes de conta com o governo deposto. Foi por meio destes mecanismos que o governo de Carlos de Lima Cavalcanti procurou atingir os adversários. Para Sarmiento, por intermédio dessas medidas e do seu caráter retroativo torna-se inteligível o que pretendiam os revolucionários. Em seu entendimento “o governo institucionalizou o estímulo à delação com a finalidade de perseguir e punir os adversários da “revolução”. [...] A norma foi concebida para produzir efeitos para trás, no que denuncia seu próprio casuismo de perseguição aos adversários” (SARMENTO, 1998, p. 171).

Desde a campanha política da Aliança Liberal contra o governo de Estácio Coimbra até os conflitos militares concretos que sagraram a vitória revolucionária em Pernambuco, a Casa de Detenção do Recife esteve envolvida direta ou indiretamente com aqueles eventos. Os presos comuns perceberam o caráter recorrente com que muitos jornais vinculados aos aliancistas criticavam o funcionamento da instituição. Essa situação concorreu para que os presos atentassem para as dinâmicas políticas que se processavam no Recife e delas tentassem extrair alguns benefícios.

Encontramos várias correspondências – cartas e petições – de presos da Casa de Detenção que mobilizam argumentos e a retórica da Revolução de 1930 a fim de pedir ou exigir intervenção do governo instituído em outubro. Nota-se nestas correspondências uma oscilação e amálgama entre exigências, fundadas em notas emitidas pelo estado, e pedidos deferentes cuja fundamentação é a bondade e novo senso de justiça dos revolucionários. Neste particular, a estratégia dos presos parece convergir com aquela adotada, fora das prisões, por muitos trabalhadores que remetiam correspondências ao chefe do poder executivo com vistas a demandar, por um lado, “auxílio como um direito legal; de outro, como uma forma de caridade e justiça” (FISCHER, 2006, p. 418.).

Já no dia 20 de outubro de 1930, decorridos poucos dias da revolucionária em Pernambuco, encontramos uma correspondência que recorria ao anonimato com o fito de burlar as possíveis retaliações que poderia incorrer o remetente em virtude do seu conteúdo. Assinava a correspondência como um “sentenciado, um humilde respeitador de

Vossa Excelência”, pouco abaixo salientava que, por precaução, “deixo de assinar para não prejudicar a minha situação” (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 753.).

Sem subterfúgios ou rodeios, o sentenciado iniciava sua argumentação pontuando que se sentia honrado pela possibilidade de poder “comunicar a Vossa Excelência as arbitrariedades que se desenrolam na Penitenciária e Detenção do Recife. Começando pelos empregados desta administração [...] que aqui habitam explorando todos os encarcerados e os cofres do Estado a começar por esses tipos que vou declarar os respectivos nomes” (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 753). Curioso, mas também revelador do impacto da conjuntura revolucionária no âmbito da prisão, é quando atentamos para quem a correspondência era remetida. Não se trata de nenhuma autoridade da interventoria de Pernambuco. O sentenciado incógnito buscava auxílio de ninguém menos que José Américo de Almeida, a quem intitula de “presidente da capital João Pessoa”. O leitor mais familiarizado com a história da Revolução de 1930 no Nordeste seguramente lembrará que José Américo havia sido o secretário de segurança pública de João Pessoa e membro da Aliança Liberal. Além disso, na ocasião da vitória revolucionária acompanhou de perto Juarez Távora, o “Vice-Rei do Norte”. Em suma, podemos afirmar com segurança que José Américo era “na época um dos mais importantes revolucionários nortistas, intitulado Governador-geral do Norte durante o movimento de 30, cargo atribuído por Juarez” (LOPES, 2014, p.49).

Mais adiante é possível notar como o detento mobiliza fartamente todo um conjunto léxico comum aos aliancistas e se apropria do vocabulário que predominou na luta política nos anos iniciais da década de 1930. Amalgamando o cotidiano da prisão e o discurso político emitido pelos aliancistas o detento afirmava que:

O famigerado diretor deste estabelecimento que vive espancando os presos pelo simples fato de não contar com um só sentenciado que abraçasse a política caída. O homem monstro é esse diretor pois nos todos e quem conhece este perrelista ver e ler na fisionomia deste Lampião que ele é um verdadeiro estacista e além disto não pode ficar à frente deste estabelecimento pois os governos com esses homens a frente desta casa não estarão livre de uma traição. (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 753)

O diretor mencionado é Joaquim do Rego Cavalcanti que assumiu o cargo ainda no governo de Estácio Coimbra e permaneceu nesta condição alguns dias após a vitória revolucionária. O detento, portanto, tentava retirar o diretor do cargo evidenciando que sua presença na gestão da prisão era incompatível com a vitória revolucionária. Mais adiante,

sua estendeu-se para o ajudante do diretor de nome Barboza a quem intitulou de “perrepista alterado, castiga os prisioneiros que falavam no nome do antigo Presidente João Pessoa” (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 753).

Diversos termos acima mobilizados pelo detento eram parte do vocabulário político da época e a sua utilização é um indício robusto da inserção dos presos comuns naqueles debates, assim como, da estratégia de que ao utilizá-los poderiam se denotar vinculados aos revolucionários no poder. Em seguida, o detento esforça-se para tecer uma estrita conexão entre os desmandos perpetrados pelo diretor e as orientações políticas anteriores. O vocabulário articulado na correspondência deste detento dar a ver uma estratégia sofisticada para alcançar os seus objetivos. Não se tratava simplesmente de alguém que prevaricava na condição de diretor, esses desmandos eram decorrência de seu vínculo ideológico com “perrepismo” e o “estacismo”, em suma, esse gestor era um sujeito com vínculos políticos com agentes da “situação caída”. De fato, este relato sugere um grau de entendimento da realidade política por parte dos presos comuns que normalmente a historiografia da temática tendeu a subestimar ou quando não incorreu na completa negligência. Abordando sobejamente as formas de solidariedade articuladas pelos presos políticos na Era Vargas muitos trabalhos não conseguiram atinar para a possibilidade de um processo de politização dos presos comuns suscitado pelos conflitos políticos da elite. Talvez, em função de não julgar que uma negociação deferente possa ser considerada uma forma de intervenção relevante na arena política (BRITTO, 2019).

Uma das correspondências mais interessantes é a carta assinada por Nicodemos Antônio dos Santos, onde o detento se autointitula de “liberal”. Sua intenção era também denunciar um conjunto de irregularidades e castigos que o “diretor perrepista” estava realizando. Afirmava que o cotidiano carcerário era tão funesto que nem mesmo podiam “falar em nome do presidente”, pois, quem assim procedesse era submetido a diversas punições dentre as quais “ser carregado a ferro”. Em um dos pontos centrais da carta afirmava que neste período a repressão aos detentos era de tal monta que “foram proibidos de entrar jornais de oposição aqui, por que nós éramos liberais e este homem fazia dos presos o que Judas fez com Cristo” (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 862).

Esse fragmento demonstra, uma vez mais, a função relevante que os periódicos de oposição angariaram como fonte de informação e politização dos detentos comuns no

contexto da Revolução de 1930 e nos seus desdobramentos imediatos. Os periódicos que propalavam as ideias aliancistas e que haviam denunciado as arbitrariedades da instituição prisional recifense sob a égide do regime de Estácio Coimbra tornaram-se agora, com o golpe de outubro de 1930, órgão oficioso do governo.

Um elemento que torna a argumentação de Nicodemos particular é menção aos assassinos de João Pessoa. Segundo ele era notória a diferença com que o diretor tratava “esses presos políticos, como filhos da política estacista que vem pra aqui por ordem do senhor chefe de polícia, ele escolhe as celas melhores, de portas abertas como também fornece cartão para a visita deles entrarem até nove da noite” (APEJE. Coleção CDR. Vol. 142, p. 862). Na sua percepção, as vinculações políticas dos presos eram determinantes no sentido de delimitar o tratamento efetivo no interior da prisão.

Outra correspondência foi remetida da Casa de Detenção, em meados de janeiro de 1931, pelo detento Edgar Alves de Santa Cruz, um “pardo”, de 26 anos, mecânico de profissão. Além de enfatizar outros argumentos, a carta demonstra um poder de persuasão bastante elevado destoando da forma simples e direta que podemos constatar na maior parte das outras correspondências. Sua epístola, apesar de não prescindir de retórica deferente, se distingue pelo tom legalista de sua requisição e por enfatizar a obrigação que tinha o governo de agir para debelar as irregularidades por ele enumeradas.

Antes da argumentação propriamente dita buscava demonstrar que suas colocações eram, inequivocamente, alinhadas com as diretrizes políticas exaradas pela interventoria de Pernambuco. As diversas notas emitidas pelo governo autorizando denúncias de irregularidades na gestão anterior foram interpretadas pelos detentos como o escopo legal que legitimava suas ações. Portanto, sua ação não só era legítima como encontrava respaldo legal. Deste modo, afirmava que:

Na conformidade dos preceitos e dispositivos legais vigentes do programa revolucionário e tendo em vista as decisões do excelentíssimo Interventor Federal do Estado punindo, depois das provas legais, a quem se apoderava do poder para os fins de praticar as maiores irregularidades levo ao conhecimento do Excelentíssimo senhor praticado pelo ex-diretor da Penitenciária da capital que se reveste de circunstâncias verdadeiramente escandalosas dentro da esfera onde se aplica a lei, quer dentro da esfera do sentimento humano. (APEJE. Coleção CDR. Vol. 159, p. 214)

O cerne de sua argumentação reside na imputação de torturas perpetradas ou aquiescidas por Joaquim Cavalcanti e seus prepostos. Conforme o preso, no período em que esteve o diretor na condução da penitenciária era banal “as maiores irregularidades com alguns detentos hoje com sinais físicos sobre o corpo, dentes quebrados, beijos lascados e talhos de umbigo de boi” (APEJE. Coleção CDR. Vol. 159, p. 214).

Impressiona neste relato o esforço hercúleo para demarcar a incumbência que tinha o governo revolucionário em intervir na instituição em nome dos princípios que caracterizaram a propaganda política aliancista na cidade do Recife. Afinal, segundo a interpretação articulada pelo detento era “o ideal do programa revolucionário punir os criminosos e sendo vítima de um desses fatos portanto é meu dever primordial levar o caso em consideração pedindo a V. Excelência nos justos termos do direito” (APEJE. Coleção CDR. Vol. 159, p. 214).

Considerações finais

Procuramos demonstrar que não é mais que uma platidade aduzir que a prisão e a sociedade estão conectadas. Tentamos avançar no sentido de dimensionar, para o caso do Recife e sua principal prisão, as modalidades, ritmos, instrumentos e agentes que viabilizaram concreta e historicamente essa ligação entre o “mundo da criminalidade” e o jogo político formal no contexto da Revolução de 1930.

Os presos comuns da Casa de Detenção interpretaram, inicialmente, o advento do governo revolucionário como uma oportunidade para auferir melhorias concretas no seu cotidiano. Esse fenômeno pôde ser constatado em diferentes escritos produzidos pelos próprios presos. São múltiplas as tipologias documentais que nos dão conta da utilização das temáticas da Revolução e da política formal para alcançar diversos benefícios e ganhos concretos. Desde os habeas corpus, onde se imbricam argumentos legais e políticos e constata-se maior ponderação no discurso, até petições e cartas coletivas onde se torna notório um conjunto de questões atinentes à política e aos discursos sustentados pelo regime instituído quando de sua campanha na oposição. Nestes documentos, escritos pelos próprios detentos, o conteúdo político e uso da retórica da Revolução é marcante.

A conjuntura de agitação política que tomava as ruas da cidade penetrou no interior do presídio e os presos comuns que sabiam ler e escrever funcionavam como interlocutores

dos demais na medida em que redigiam cartas coletivas nas quais apresentavam um conteúdo político que se fundamentavam no vocabulário político propalado pela Aliança Liberal na cidade do Recife. Diante disso, buscamos evidenciar como os conflitos políticos em torno da gerência do Estado na década de 1930 tiveram efeitos inesperados na percepção dos presos comuns que estavam encarcerados na Casa de Detenção do Recife. Tal situação demonstrou a maneira como determinados eventos de extramuros eram observados e “decupados” pelos presos a partir de seus próprios termos e interesses. Ao invés de alienação e resiliência, tão fartamente apregoadas aos presos pelos diretores da prisão, recompomos um cenário em que a escrita foi utilizada como uma forma de pressão política e barganha pelos presos comuns.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO PÚBLICO JORDÃO EMERENCIANO (APEJE):

Secretaria de Justiça (impressos). Relatório do Conselho Penitenciário de Pernambuco. Recife, Imprensa Oficial, 1929.

Impressos, Caixa 2, vol. Secretaria de Justiça. Relatório do Conselho penitenciário 1933.

Coleção Casa de Detenção do Recife (CDR) Vols. 142, 159.

JORNAIS

A Notícia. Recife, 11 de março de 1931, p.1.

Diário da Manhã. Recife, 01 de janeiro de 1930, p.3.

Diário da Manhã Recife, 11 de outubro de 1930, p.3

Jornal do Recife. 07 de outubro de 1930, p.1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *A embriaguez da vitória: as festas da revolução de 1930 em Pernambuco*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 2010.

BRITTO, Aurélio de Moura. *Fissuras no ordenamento: sociabilidades, fluxos e percalços na Casa de Detenção do Recife (1861-1875)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

BRITTO, Aurélio de Moura. *O germe da indisciplina: negociações, embates e enfrentamentos coletivos na Casa de Detenção do Recife (1930-1935)*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução de 30*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: repressão e estado policial na era Vargas (1930-1945)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: Unicamp, 1991.

CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1976.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes (memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CÔRTEZ, Joana Santos Rolemberg. *Dossiê Itamaracá: Cotidiano e resistência dos presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá-PE (1973-1979)*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

CUNHA, Manuela Ivone. As organizações enquanto unidade de observação e análise: o caso da prisão. In: *Etnográfica*, Vol. VIII (1), p.151-157, 2004.

DEDECCA, Edgard S. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris. "A revolução de 1930". In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia; MENDONÇA, Joseli (Orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Unicamp, 2006.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, Poder-saber. In: *Ditos e Escritos*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

LEMOS BRITTO, J. G. *Os Systemas Penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. V. 1. 1924.

LOPES, Raimundo Hélio. *Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32*. Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2014.

MAIA, Clarissa Nunes. *Os Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915*. Tese de doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

OLIVER OLMO, Pedro. La acioncolectiva em las prisiones y el cambio social. Los presos comunes como sujetos históricos. *Proyecto de Investigación inserto em La Propuesta académica e investigadora*, inédita, Departamento de História da Universidad de Castilla-La Mancha (UCLM), 2005.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTO, José da Costa. *Os tempos de Estácio Coimbra*. Recife: Editora Universitária, 1977.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SARMENTO, A. N. M. *Urnas & Baionetas: os comunistas na história política de Pernambuco—PE (1930-1935)*. Tese. (Doutorado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

TRONCA, Ítalo. *A Revolução de trinta: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.